O que eles sentem sobre o parlamento local? A visão de jovens sobre as funções da Câmara Municipal e dos vereadores

Humberto Dantas

Cientista político, doutorado pela USP, pós-doutorando em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, educador político e coordenador de pós-graduação no Singularidades-CLP e na FESP-SP.

Alexsandro Santos

Doutor em Educação pela USP, pós-doutorando em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas e pós-doutorando em Psicologia da Educação pela PUCSP, diretor-presidente da Escola do Parlamento de São Paulo-SP e coordenador do curso de Pedagogia da Faculdade do Educador – FEDUC.

Resumo

O presente artigo dialoga com o conjunto de investigações a respeito da abrangência, impacto e relevância do trabalho de formação política para a cidadania e para a democracia promovido por escolas do Legislativo. Os eixos da análise são as transformações da percepção dos jovens sobre o Poder Legislativo local, a partir de sua participação em iniciativas de educação política realizadas nesse enquadro institucional, e as diferenças e semelhanças entre as percepções desses jovens e aquelas apreendidas junto a conjuntos da sociedade, a respeito da estrutura e das funções dos parlamentos municipais em cidades da Grande São Paulo. As fontes da pesquisa são os bancos de dados, sistematizados a partir do tratamento de instrumentos do tipo questionário, respondidos por jovens alcançados por iniciativas de formação política no período de 2016 a 2018. A análise identificou alguns deslocamentos importantes na percepção dos jovens sobre o parlamento local, que podem estar associados aos esforços de educação política nos quais foram incluídos, concluindo pela relevância e importância de se ampliar essas ações. Também se identificou, entretanto, que as representações dos jovens sobre o Poder Legislativo municipal se mostram, ainda, distantes do que seria desejável para o reconhecimento de sua função no arranjo político e institucional brasileiro, e para a qualificação e consolidação da nossa democracia.

Palavras-chave: Juventudes; Poder Legislativo Municipal; Educação Política; Letramento Político; Escolas do Legislativo

Introdução

Tem-se tornado desafio instigante na academia a tentativa de mensurar e compreender como programas destinados à educação ou ao letramento político de jovens impactam a realidade de estudantes de escolas dos ensinos superior, médio e fundamental. Frente a um conjunto amplo de iniciativas desenvolvidas formalmente por casas parlamentares das três esferas de poder, são cada vez mais numerosos e profícuos os investimentos de pesquisa que buscam descrever, avaliar e identificar o alcance e a repercussão dessas ações.

Nos limites deste artigo, não seria possível discutir exaustivamente esse universo de investigações ou tratar das múltiplas dimensões da experiência juvenil afetadas pelas atividades de educação política promovidas pelas escolas legislativas. Por isso, o diálogo que pretendemos estabelecer com essa arena epistemológica está focado na identificação e análise das eventuais semelhanças e diferenças entre a percepção dos jovens que participaram de iniciativas de educação política para a cidadania realizadas sobre o Poder Legislativo local quando estas são comparadas à percepção da sociedade em geral.

Importa ressaltar que, a despeito dos esforços empreendidos pelo parlamento para diminuir seu distanciamento em relação à sociedade, a percepção pouco profunda e, na maioria das vezes, negativa, dos cidadãos sobre o Poder Legislativo (seja em nível municipal, estadual ou federal) segue sendo a regra.

Diante de tais apontamentos surgem as duas questões mais específicas com a qual pretendemos avançar: primeiramente, identificar, analisar e compreender o que jovens que participaram de alguma iniciativa de educação política promovida pelas escolas do legislativo pensam que é função dos parlamentos municipais e, complementarmente, verificar quais semelhanças e diferenças existem entre a

percepção desses jovens e a percepção da sociedade mais ampla sobre esse tema.

O artigo está dividido em mais três seções além desta introdução. Iniciamos com uma visão panorâmica sobre o que dizem os estudiosos acerca das atividades de educação política desenvolvidas por escolas do parlamento ou legislativos em geral no Brasil. Em seguida, observamos em linhas gerais o que os estudos e pesquisas de opinião pública apontam como percepções da sociedade a respeito do Poder Legislativo. Na sequência, analisamos a percepção de jovens de diferentes cidades da Grande São Paulo, sobre as funções das Câmaras Municipais, com base em diferentes levantamentos realizados pelas escolas do parlamento de Itapevi e de São Paulo, bem como em estudos realizados em ações formativas da Fundação Konrad Adenauer do Brasil. As duas pesquisas desenvolvidas pelas escolas municipais do Legislativo buscavam reconhecer o que parte dos estudantes locais entendiam por política de maneira mais ampla, existindo nos formulários utilizados perguntas específicas sobre o parlamento local. Já a pesquisa da organização alemã procurou dialogar com jovens inseridos em ações educativas.

Após essas três seções, são apresentadas considerações finais em torno do tema e sinalizados eventuais desdobramentos possíveis a partir do caminho que trilhamos. Com base no estabelecimento de tal roteiro partimos da hipótese de que mesmo impactados por ações específicas de educação política, ainda é forte a percepção cultural de cunho mais clientelista por parte dos estudantes quando o assunto é discutir as funções de uma Câmara Municipal e de seus vereadores, o que os colocam como agentes relativamente próximos do que prega o senso comum em matéria de representação democrática à luz da cultura política brasileira.

Um olhar sobre o trabalho dos pesquisadores

Como sinalizamos antes, nosso objetivo não é esgotar as discussões em torno do impacto de atividades de educação política desenvolvidas pelo Poder

Legislativo e analisado pela academia, mas sim indicar tendências e resultados de ações nos conjuntos de jovens participantes.

O trabalho mais robusto nesse sentido parece ser o de Rildo Cosson. Primeiramente o autor escreve um seminal livro sobre o papel educativo das escolas do Legislativo para o adensamento da democracia. A obra de 2008 é complementada por livro de 2019, no qual Cosson busca avaliar o programa Estágio-Visita da Câmara dos Deputados como instrumento de letramento político destinado a universitários. Tendo como um dos objetivos arrefecer a percepção negativa e criar uma imagem mais positiva, ainda que ácida, do Poder Legislativo, o autor nota que a atividade amplia a visão dos estudantes sobre o parlamento, mesmo que não os afastem, por vezes, de uma percepção crítica. Tal sentimento adensa o sentido educativo do Estágio-Visita, e o coloca como algo mais relevante do que simplesmente uma suposta atividade de relações públicas direcionada pelo parlamento nacional a estudantes de nível superior.

Ainda no âmbito federal, destaque para o trabalho de Rocha (2011), que aponta para o discurso institucional da Câmara dos Deputados com seu compromisso de “promover a cidadania e o processo democrático” e “interagir com a sociedade para a promoção da cidadania”. Descrevendo diversas atividades de educação do parlamento nacional à época, a autora indica o compromisso da Câmara com “o desenvolvimento de projetos e ações de formação”.

Por sua vez, Bressanelli e Cosson (2016) avaliaram uma inovadora atividade, à época, da Câmara dos Deputados que tinha por objetivo aliar educação para a democracia e atuação nas mídias sociais. Para os autores, a atividade, denominada #EstágioParticipação, ainda incipiente à ocasião, desvelava desafios importantes na agenda de aproximação entre o Poder Legislativo e a sociedade. Entretanto, parecia apontar caminhos profícuos na agenda. Os autores concluíram que a iniciativa parecia fortalecer a ideia da importância de uma formação política consistente para uma atuação cidadã mais madura dos jovens.

Já no âmbito estadual, iniciativas de pesquisas igualmente preocupadas em compreender o impacto de atividades de educação política realizadas por parlamentos foram levadas a cabo. Kelles e Marques (2010) avaliam o precursor Parlamento Jovem de Minas Gerais, e a despeito de observarem necessários aprimoramentos percebem a relevância e o caráter educativo da atividade. Fuks e Casalecchi (2016), por sua vez, elencam diversas atividades dessa natureza pelo mundo e se concentram em perceber os aportes de conteúdo do Parlamento Jovem (PJ) em estudantes mineiros. Embora os autores tenham avaliado que as contribuições identificadas como efeito do programa no público-alvo não correspondessem de forma absoluta aos ideais do programa, era possível afirmar que o PJ incidia "de forma decisiva para a formação da competência política de seus participantes".

Essa também é a conclusão do trabalho de Silvestre (2016) sobre o Parlamento Jovem de Santa Catarina. Para a autora, "há um poder desfibrilador em uma experiência" dessa natureza, "no sentido de desconstrução de discursos" do que poderíamos chamar aqui de senso comum. Assim, ações desse tipo buscam intensificar o conhecimento e a percepção da relevância do Legislativo na realidade do jovem.

Dantas, Soares, Soares e Lamari (2010) analisam o impacto de cursos de Iniciação Política em líderes de comunidades na Grande São Paulo, ação desenvolvida pelo Instituto do Legislativo Paulista, escola da Assembleia Legislativa de São Paulo, o mesmo compromisso do trabalho de Dantas e Schiavi (2015). No primeiro estudo, explicitou-se a percepção de que os resultados dos debates em sala e a avaliação dos alunos sobre as atividades eram muito satisfatórios, restando compreender o impacto efetivo da ação na realidade dessas lideranças. Tal conclusão não é nada muito diferente do que indica o segundo estudo, que engloba um período maior de tempo e chega a abordar a fase em que as atividades de Iniciação Política do ILP chegaram às escolas de educação básica e passaram a alcançar os jovens matriculados do Ensino Médio.

Em perspectiva municipal, Nascimento, Silva e Seino (2016) indicam o impacto de ações de educação política na realidade de estudantes de Araraquara, interior de São Paulo. Numa parceria entre universidade e parlamento foi possível notar que as atividades avaliadas pelos autores “possibilitam a aproximação do jovem a um espaço institucional, o da Câmara Municipal, permitindo que experienciem a dimensão prática da política no exercício de uma função representativa”.

A partir das ações de educação política realizadas em Araraquara e dos dados disponíveis naquela investigação, Dantas, Nascimento e Silva (2016) produziram um estudo comparativo com os dados disponíveis a partir das ações de educação política realizadas pelo parlamento municipal de Suzano, na Grande São Paulo. Os autores destacam que as percepções de jovens sobre a política nas duas cidades são semelhantes, e as atividades desenvolvidas muito bem avaliadas e capazes de contribuir para o adensamento da democracia na realidade desses atores.

Não era de se esperar algo muito diferente do que foi percebido aqui. Ações de educação política desenvolvidas por diferentes parlamentos, nas três esferas de poder da federação no Brasil, trazem consigo ganhos relevantes para a realidade do público atendido. Se em termos qualitativos as distintas ações avaliadas parecem convergir nesse sentido, o desafio mais urgente parece ser o de ampliar quantitativamente a oferta desse tipo de atividade de educação política para a cidadania, de forma a alcançar o conjunto dos jovens. Enfrentar esse desafio torna-se pauta ainda mais relevante quando temos em mente o compromisso de aprofundar o grau de letramento político das comunidades e de ajustar a percepção da sociedade sobre a missão, o funcionamento e a qualidade da representação legislativa.

O aperfeiçoamento da democracia brasileira e o funcionamento mais adequado do parlamento na sua arquitetura, exige que os cidadãos – que são responsáveis por sua sustentação e por sua qualidade – se distanciem de visões estereotipadas e simplistas (sejam elas ingênuas ou catastróficas), e que sejam capazes de compreender amplamente suas regras e seus procedimentos de

modo que possam participar dos processos de negociação e deliberação política com cada vez mais autonomia, criticidade e independência. Nesse sentido, há uma questão-chave: o que efetivamente pensamos sobre o parlamento no Brasil e como avaliamos sua qualidade e seu funcionamento na nossa democracia?

Percepções da opinião pública sobre os parlamentos no Brasil

Nos últimos quinze anos, um conjunto de pesquisas de opinião pública sobre a política tem buscado compreender como os brasileiros enxergam os parlamentos. Alguns desses levantamentos merecem atenção especial, seja por ofertarem séries históricas mais consistentes, seja porque se debruçaram especificamente sobre as Câmaras Municipais ou os vereadores em geral. Sem a pretensão de esgotar o debate, desejamos, nessa seção, ofertar uma visão minimamente condizente com as percepções da sociedade.

O Ibope, por meio do que convencionou chamar de Índice de Confiança Social, desde 2009, tem anualmente trazido o grau de confiabilidade dos brasileiros com uma série de instituições formais. O destaque maior é para o Corpo de Bombeiros, as Igrejas, as Forças Armadas e a Polícia. Os organismos de representação da democracia ocupam, comumente, os últimos lugares, com destaque para os partidos políticos, o Congresso Nacional e o(a) Presidente da República entre 2015 e 2018. O parlamento nacional, medido na junção das duas casas federais, em onze anos de levantamento nunca ultrapassou 40 pontos em 100 possíveis, tendo sua melhor avaliação em 2010 (38 pontos) e seu pior momento entre 2015 e 2018, com resultados na faixa dos 16 a 18 pontos. Na avaliação mais atual, de 2019, o Congresso subiu para 34 pontos, a melhor avaliação desde 2014 (35), mas a segunda pior dentre todas as instituições pesquisadas na versão mais recentes do levantamento, acima apenas dos partidos políticos (27).

Quando a pesquisa apresenta variáveis explicativas capazes de dimensionar as percepções sobre as instituições, especificamente sobre o Congresso Nacional não existem diferenças no que diz respeito à confiança por gênero – homens e

mulheres pensam de forma muito semelhante aqui. No quesito idade, enquanto os maiores de 50 anos marcam 38 pontos de confiança em 2019, os cidadãos entre 30 e 39 anos são os mais críticos, registrando 29 pontos. Entre classes sociais também não existem diferenças agudas, o mesmo ocorrendo em regiões do país. Quando o assunto é religião, católicos (35) e evangélicos (36) ficam acima dos demais grupos agregados com 27 pontos. Por fim, no quesito grau de instrução os mais escolarizados (nível superior) se mostram mais críticos (31 pontos de confiança) e os cidadãos que ingressaram no Fundamental II (5ª a 8ª série de acordo com a pesquisa, e 6º ao 9º ano de acordo com a nomenclatura mais atual) avaliam melhor (37 pontos).

Já a organização chilena Latino Barômetro realiza pesquisas de opinião pública buscando compreender, entre diversos desafios, o grau de confiança dos cidadãos do continente nas instituições democráticas. Entre 1995 e 2018, com raros anos sem a ocorrência do levantamento, a entidade mostra que nunca mais de 10% dos brasileiros afirmaram “muita confiança” no Congresso Nacional. Os anos de 1995, 1997, 2001 e 2004 trouxeram o ápice com 9%, e a exemplo do Ibope o período 2015 a 2018 foi o pior, oscilando entre 3% e 2%. A opção “alguma confiança” teve seu auge em 2010 com 36%, e seu pior resultado em 2017 com 9%.

Quando a temática está associada à corrupção, e o objetivo é saber quanto o grupo denominado “parlamentares” está envolvido em ações dessa natureza aos olhos dos entrevistados, a resposta de 2018 mostra que para 27% dos brasileiros “todos” os legisladores são corruptos; enquanto para outros 33% “quase todos”, ou seja, 60% dos respondentes associam, quase que plenamente, os legisladores do país ao fenômeno testado. Em 2016, o número não era tão diferente, atingindo 56% entre aqueles que responderam “todos” (23%) e “quase todos” (33%). Aqui torna-se ainda mais preocupante verificar que 28% dos entrevistados afirmam já terem visto políticos ou cabos eleitorais ofertando presentes ou favores em troca de voto, aspecto que atingia 29% em 2017.

Especificamente sobre os parlamentos municipais, duas pesquisas de 2008 encomendadas pela Associação dos Magistrados Brasileiros ao IPESPE e ao "Vox Populi" trouxeram resultados bastante relevantes para o debate associado ao que pensamos sobre as Câmaras de Vereadores e seus membros. Aqui, a despeito de terem se passado mais de dez anos dos levantamentos, o interessante é que os resultados do IPESPE sobre confiança nas instituições estão separados por esfera de poder no caso do Legislativo, incluindo a divisão das casas do Congresso Nacional. Assim, temos olhares específicos sobre: Senado, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores.

A primeira pergunta aqui era muito simples, e diante de uma lista de organizações o entrevistado deveria afirmar se "confia" ou "não confia" em cada uma delas. As quatro casas legislativas do país ocuparam as cinco últimas posições, acima apenas dos partidos políticos com 22% de confiança. A Câmara dos Deputados atingiu 24%, a Câmara de Vereadores ficou com 26%, o Senado com 33% e a Assembleia Legislativa atingiu 39%. Tais órgãos plurais de representação ficaram muito aquém dos primeiros colocados, organizações mais hierarquizadas, como as Forças Armadas (79%), a Igreja Católica (72%) e a Polícia Federal (70%). Quando o objetivo era dar uma nota de 0 a 10 para tais instituições, nova dificuldade para os parlamentos. A Câmara de Vereadores registrou nota 4,0, a Câmara dos Deputados 4,3 pontos, seguida pelo Senado com 4,7 e a Assembleia Legislativa com 5,0 pontos.

Já no que diz respeito ao levantamento do "Vox Populi", um dos objetivos era entender a percepção dos brasileiros entrevistados sobre questões de ordem municipal, tendo em vista o pleito local daquele ano (2008). Na pergunta sobre a expectativa do entrevistado quando perguntado sobre as obrigações do vereador, os resultados mostravam que entre ser "obrigação" e "não é, mas deveria ser", tivemos: 98% entendendo a função de "discutir e aprovar projetos de lei", 97% de "fiscalizar as contas da Prefeitura", bem como 83% afirmava que o edil deveria ajudar a resolver problemas em órgãos públicos, 82% pagar despesas de hospital e enterro para pessoas necessitadas, 72% ajudar eleitores

a conseguir emprego, 65% dar proteção para pessoas ameaçadas e 59% providenciar dinheiro para pessoas necessitadas.

Aqui pesa de forma igualmente negativa o fato de 30% dos entrevistados terem conhecimento sobre casos de compra de voto, e de que 61% “concordam totalmente” ou ao menos “concordam” com a ideia de que “a maioria das pessoas que conheço aceitaria votar em um candidato em troca de alguma vantagem pessoal”. Por fim, chama a atenção que 77% dos participantes entendem como “muito importante” ou “importante”, na escolha de um candidato, “os benefícios que você e sua família podem ter com a eleição” desse agente.

Diante do que mostramos aqui, e a despeito de avanços relevantes nas ações de educação política associadas às escolas dos parlamentos destacadas nos estudos abordados, é fato que a visão dos brasileiros em relação aos legislativos é bastante negativa. As hipóteses que poderiam explicar isso estão associadas ao fato de que: as atividades educativas não conseguem impactar parcelas expressivas da sociedade; ao que o senso comum e a cultura política expressam sobre os parlamentos e a política; à pauta negativa dos meios de comunicação; aos escândalos de corrupção que envolvem parlamentares etc. Mas o que os jovens pensam sobre isso?

O que estudantes de Ensino Médio pensam sobre o parlamento?

Aqui, primeiramente, buscamos associar atividades de educação política da Câmara Municipal de Itapevi, com ações desenvolvidas pela Fundação Konrad Adenauer, especificamente na cidade de São Paulo, bem como em Suzano, Embu-Guaçu, Taboão da Serra e Cotia – cidades da Região Metropolitana da capital paulista. Num segundo momento, buscaremos analisar os resultados de uma pesquisa inédita da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo realizada em agosto de 2018. Note que aqui trataremos de uma série de ambientes municipais e diferentes pesquisas que serão explicadas a seguir. As perguntas específicas sobre o Legislativo são poucas, e em alguns casos apenas

uma, mas esperamos que essas análises sirvam para a percepção do que os jovens compreendem sobre os parlamentos locais e seus representantes.

Dantas e Lamari (2019) avaliam os resultados da questão sobre a função do Legislativo na visão dos estudantes para o ano de 2017. Um conjunto de jovens de São Paulo-SP e Itapevi-SP participaram de cursos de Iniciação Política; no segundo caso, em atividades ligadas à Escola do Legislativo local. A eles eram apresentados questionários de entrada e de saída (avaliação) do curso. Uma das perguntas dava conta de perceber o que na visão do respondente era “papel da Câmara Municipal” fazer. Cinco opções eram dadas, podendo o estudante marcar livremente quantas alternativas preferisse: fazer leis para a cidade, fiscalizar a Prefeitura, defender o interesse de empresas, distribuir favores a cidadãos e promover eventos e festas. Parte dessas alternativas escapa aos princípios legais formais do parlamento, mas se aproximam de tentativas de pesquisas que buscavam compreender o que o cidadão em geral entende ser função da Câmara de Vereadores ou de seus parlamentares, como por exemplo o levantamento realizado pelo “Vox Populi” em 2008 a pedido da AMB.

Os autores encontram resultados entre os jovens que mostram a importância de uma ação de educação política. Concluídos os cursos junto a estudantes de terceiro ano do Ensino Médio, crescem discretamente as percepções a respeito da função legislativa, bem como avança de forma mais intensa o sentimento sobre o papel fiscalizador das casas parlamentares locais. Ademais, diminuem os percentuais atrelados à ideia de defender interesses de empresas, distribuir favores aos cidadãos e promover festas e eventos. Nesse caso é relevante destacar que em cidades menores a percepção da função festiva é elevada. Ainda assim, depois do curso, em Itapevi, ela caiu de 30% para 18%, o que é muito grande diante dos 6% iniciais e 4% finais em São Paulo. Os autores ainda notam que sobe de 63% para 64% em Itapevi, e de 60% para 63% em São Paulo a percepção sobre a função legislativa das Câmaras Municipais, bem como de 43% para 56% na primeira e de 38% para 48% na segunda o sentimento de que fiscalizar a Prefeitura é tarefa do parlamento local. Os favores oscilam de 43% para 29% em Itapevi, e de 29% para 21% em São Paulo.

Com base em dados de 2017, junto a jovens de 15 a 18 anos de cinco diferentes cidades, é possível estender essa percepção. Os dados são de pesquisas realizadas nos cursos de Iniciação Política da Fundação Konrad Adenauer do Brasil nas periferias da Grande São Paulo. As amostras não representam estatisticamente os jovens de Ensino Médio dessas cidades, sendo apenas grupos atendidos pelo projeto. A função legislativa da Câmara é a resposta mais comum em todas as cinco cidades pesquisadas: Cotia, Embu-Guaçu, Taboão da Serra, São Paulo e Suzano, variando de 81% na primeira a 51% na segunda. A fiscalização do parlamento sobre o Executivo local atinge resultados menos expressivos, com 61% em Cotia e 37% em Embu-Guaçu. A surpresa maior fica por conta dos eventos festivos e favores para os cidadãos. Em Taboão esse segundo ponto atinge 53% dos jovens, alcançando 19% em Cotia. Já as festas têm 16% em Taboão da Serra e 5% em São Paulo.

Na saída do curso, ou seja, após a atividade educativa realizada, alguns resultados mudam de forma expressiva. O caráter legislador varia de 60% no Embu; a 89% em Cotia, crescendo em todo o grupo. O fiscalizador também avança de forma generalizada, atingindo 77% em Suzano, e 50% no Embu, como máximo e mínimo no conjunto. As festas registram números reduzidos em quatro das cinco cidades, com 6% ou menos, mas se mantém em 14% em Taboão da Serra. Sobre os favores aos cidadãos, Cotia passa a registrar emblemáticos 3%, enquanto Taboão da Serra cai significativamente para, ainda preocupantes, 28%. As percepções iniciais sobre o favorecimento de empresas são muito pequenas em ambos os instantes da atividade, atingindo mínima de 5% em São Paulo e máxima de 8% no Embu no começo do curso, e na saída 0% em Cotia e 5% em Taboão.

A discussão mostra problemas que aproximam os jovens do senso comum da sociedade brasileira em relação ao papel do Poder Legislativo ou do legislador municipal. A pesquisa de 2008 do “Vox Populi” é preocupante, bem como os resultados iniciais registrados pelos estudantes em 2017. O que serve de alento aqui é perceber que atividades de educação política podem trazer uma melhora, mesmo que discreta, no cenário, lembrando que os cursos dos quais esses

jovens participaram são bastante curtos, com apenas nove horas de aula e sem a preocupação exclusiva de explicar as funções do parlamento local. Ainda assim, fica a percepção de que a educação, a exemplo do que um olhar sobre os resultados colhidos por estudiosos mostrou na primeira parte desse artigo, pode construir com percepções mais maduras sobre a democracia e suas organizações.

Para aprimorar mais essa visão é relevante avançar no tempo e analisar dados de pesquisas realizadas em 2018. A Escola do Parlamento de São Paulo, capital, utilizou-se de um questionário bastante detalhado para colher, em agosto, a percepção de praticamente todos os mais de 2,3 mil estudantes de escolas de Ensino Médio do município. Importante salientar aqui que a capital paulista tem oito escolas municipais dessa etapa da educação, algo raro no Brasil. Todas foram visitadas, e mais perguntas sobre a Câmara Municipal foram apresentadas aos estudantes. Na verdade, aqui foi separada a função do vereador daquela percebida em relação à Câmara. Ademais, dois pontos foram testados. Primeiramente o grau de concordância dos jovens com a sentença: “o Legislativo é o mais importante dos poderes”. Numa escala de 0% a 100% de concordância a frase atingiu 53%, algo que em tese estaria situado como “não concorda, nem discorda”. Como aqui o resultado foi colhido por meio do cálculo de uma média das respostas, é importante salientar que 174 dos 2.317 respondentes, ou seja, 7,5% do total, concordaram integralmente com a sentença.

A segunda questão vinha envolvida em uma bateria de participações em ações sociopolíticas que envolviam “Atividades no Legislativo” (você já participou de atividades no Legislativo?). O percentual de respostas positivas aqui chegou a 83, ou seja, 3,6% dos jovens ouvidos, o que mostra distância considerável em relação ao que o parlamento local pode e deve representar para esses estudantes.

Com relação àquilo que é dever, na percepção dos jovens, de uma Câmara Municipal, lhes foram dadas as seguintes opções: Fazer leis para a cidade; Fiscalizar as contas da Prefeitura; Realizar eventos festivos; Ajudar empresas

em dificuldade e; Resolver problemas individuais (favores). Havia também a opção “não sei o que faz a Câmara Municipal”, que atingiu preocupantes 20% dos participantes. Aos demais era permitida a anotação de quantas opções fossem representativas de suas percepções. A lógica de legislar atingiu 51%, e a fiscalização registrou 38%. São número baixos em relação ao que deveria ser a percepção mais ampla entre os jovens. Aqui, a solução de problemas individuais atingiu 25%, ou seja, um em cada quatro estudantes, e as festas e a ajuda às empresas ficaram com 13% e 14%, respectivamente. Comparar esses resultados com aqueles colhidos junto aos jovens estudantes de escolas do Ensino Médio da rede estadual em atividades da Fundação Konrad Adenauer em 2018 é tarefa realizada por Dantas (2019). O emparelhamento nesse estudo foi exclusivamente com jovens de terceiro ano do ensino médio das escolas municipais (pesquisa da Escola do Parlamento paulistana) e estaduais localizadas na capital (formulários de entrada das ações de educação da fundação alemã).

Os resultados são muito parecidos, mas a visão dos estudantes do estado é aparentemente e discretamente mais aprimorada. Enquanto nas escolas do estado, para 62% a Câmara faz leis e para 43% fiscaliza a Prefeitura, no município esses números são, respectivamente, 55% e 38%. Eventos festivos são funções parlamentares para 14% dos jovens nas escolas municipais, contra 12% no estado. Ajudar empresas é percebido como atributo para 12% nas escolas municipais, e 6% nas estaduais. Por fim, resolver problemas pontuais de cidadãos, por meio da realização de favores, é notado por 25% dos estudantes municipais e 29% dos estaduais, invertendo a lógica verificada até aqui. Em ambos os casos pouco menos de 20% dos jovens de terceiro ano não sabiam o que fazia uma Câmara Municipal.

Na pesquisa da Escola do Parlamento uma última pergunta merece destaque. A despeito das funções de um parlamento local, o intuito foi observar o que faz um vereador. Nesse caso, a conexão com o levantamento do “Vox Populi” é mais clara, e as alternativas ofertadas foram as seguintes: atender demandas do bairro, propor leis para a cidade, representar causas específicas, fiscalizar o

prefeito e, atender problemas pessoais de cada eleitor. Um total de 26% dos jovens, de todas as séries do Ensino Médio municipal, indicou não saber o que faz um vereador.

A função mais percebida foi “atender às demandas do bairro” (44%) numa clara distritalização da percepção acerca da atribuição parlamentar em termos individuais. A proposição de leis ficou apenas na segunda colocação, com 36% de adesão, seguida pela “representação de causas” (21%). A primeira e a terceira colocadas mostram fortemente a maneira como comumente um vereador busca conquistar votos: seja em um distrito ou em torno de uma bandeira temática. Apenas em quarto lugar aparece a função de fiscalização do Executivo, com 15%, seguido pela realização do atendimento pessoal de problemas do eleitor (8%), contrariando a ideia mais disseminada em relação às Câmaras, de atender demandas individuais dos cidadãos.

Notamos que as ações das escolas do parlamento mostram capacidade de provocar efeitos relevantes de politização nos jovens. Captamos, no entanto, que as pesquisas de opinião pública com amostras da sociedade como um todo são incapazes de reverter visões negativas sobre o Poder Legislativo de uma maneira geral. Ademais, levantamentos específicos sobre o papel dos vereadores mostraram que os eleitores também subvertem o que em tese deveria ser a função de um representante democraticamente eleito. Com base em tais percepções foi possível notar que os jovens também têm dificuldades para carregar valores que simbolizam a expectativa teórica acerca dos parlamentos e dos parlamentares. Notou-se, no entanto, que ações de educação, por menores que sejam, podem ajudar a mudar esse panorama. Resta agora dialogar com as hipóteses inicialmente levantadas, concluindo esse trabalho.

Considerações

Em seu artigo *Democracy as a Universal Value*, Armatya Sen (1999) relata que, dois anos antes, em 1997, havia sido questionado por um importante jornal

japonês sobre qual teria sido o acontecimento mais importante do século XX. Mesmo considerando ter sido esse um século de gigantescas transformações sociais e de acontecimentos radicais para a história da humanidade como a ascensão e queda do nazismo, as revoluções Russa, Cubana e Chinesa ou o advento das tecnologias digitais, o autor assinala não ter enfrentado qualquer dúvida ou dificuldade em afirmar que o acontecimento mais relevante do século XX havia sido a consolidação dos regimes democráticos.

Compreender a envergadura dessa afirmação – e com ela concordar – não nos desobriga de enxergar que a afirmação da democracia como um valor universal não significa que a experiência democrática das diferentes sociedades já tenha alcançado níveis satisfatórios, que correspondam às promessas de liberdade, solidariedade e de direitos (políticos, sociais, econômicos, culturais, civis, ambientais) que a democracia prometeu na modernidade. As democracias carecem de um esforço continuado, sistemático e tenso dos cidadãos em sua defesa, bem como um investimento consciente e consistente em seu aperfeiçoamento.

Os parlamentos são um campo-chave nessa luta. Peças estruturantes na arquitetura da democracia representativa, eles encarnam, com maior propriedade, a noção de pluralismo e de negociação, e produção de consensos que se esperam que as sociedades possam ser capazes de realizar. Todavia, para que essas instituições cumpram com justeza seu compromisso, elas dependem de um pacto social de representação que terá qualidade proporcional ao grau de compreensão que os cidadãos acumulam sobre sua estrutura, seu funcionamento e sobre suas finalidades precípuas. Em sociedades nas quais esse grau de compreensão é baixo, estamos condenados a produzir representações legislativas disfuncionais e que produzirão vulnerabilidades severas no funcionamento da própria democracia.

Antes de avançarmos nessas considerações finais, entretanto, é importante frisarmos nosso apontamento a respeito da relação entre a qualidade das democracias e o grau de compreensão das comunidades sobre as instituições

democráticas e sobre a vida cidadã. Não se pretende ignorar que existem outros condicionantes estruturais agindo sobre o funcionamento mais ou menos ajustado dos pactos democráticos. Não é possível isolar o regime político que a democracia institui das condições objetivas, materiais e mais sistêmicas da sociedade. Fatores como a distribuição de renda, os padrões de desigualdade mais ou menos abissais, os enquadramentos culturais forjados na longa duração histórica, entre outros, são forças potentes que, em interação, podem limitar ou potencializar o aperfeiçoamento das democracias.

Também é importante sinalizarmos que, quando declaramos que nossa investigação pretende compreender as percepções dos jovens sobre o Poder Legislativo local, estamos cientes quanto à diversidade e às desigualdades que interseccionam a experiência juvenil na sociedade contemporânea. Consequentemente, estamos tratando de juventudes (no plural) e, portanto, estamos produzindo uma generalização que, embora legítima e adequada para o enquadramento que fizemos do problema, é apenas instrumental. Seriam relevantes esforços de pesquisa que avançassem na compreensão sobre a interação entre as instituições políticas e as múltiplas, diversificadas e desiguais experiências juvenis presentes na nossa sociedade.

Essa atenção para a pluralidade da experiência juvenil na contemporaneidade também pode ser um antídoto a uma visão estereotipada que – a partir de um conjunto de representações do senso comum – termina atribuindo aos jovens ora um comportamento ‘alienado’, ‘desinteressado’ ou mesmo ‘avesso’ à política; ora um comportamento ‘apaixonado’, ‘rebelde’, ‘militante’ em relação a esse mesmo fenômeno. Ambas as visões, fortemente marcadas por uma leitura adultocêntrica, pretendem congelar os jovens em duas posições opostas (e pouco reais). O que os estudos da antropologia e da sociologia das juventudes têm mostrado é que os jovens estruturam suas relações com a política, a democracia e a cidadania a partir de um conjunto de experiências singulares fortemente conectadas com seus territórios e com os outros jovens; que têm ampliado sua capacidade de mobilização e de organização política, mas que esse processo tem-se dado por fora das agremiações tradicionais (como os

partidos políticos) e que os caminhos da representação política tradicional, quase sempre, apresentam obstáculos severos à emergência e ao fortalecimento de lideranças juvenis.

Cientes desses cuidados na análise que empreendemos, o que desejamos estabelecer em nossa investigação, a partir dos dados disponíveis, foi uma compreensão sobre as percepções dos jovens sobre o Poder Legislativo local e uma análise das eventuais relações entre o trabalho de educação política para a cidadania e para a democracia na transformação/qualificação dessas percepções. Salvo melhor juízo, é possível sublinhar que as percepções dos jovens sobre os parlamentos locais ainda são marcadas por um afastamento daquilo que seria desejável identificar na atuação das Câmaras Municipais e de seus vereadores. Os jovens localizam como função dos parlamentos uma atuação ainda bastante paroquial e clientelista, e identificam pouco as funções legislativa e fiscalizadora da edilidade local.

A segunda conclusão que podemos apontar é o impacto positivo de ações de educação política sobre a qualificação das percepções dos jovens sobre a função ideal do Poder Legislativo local. Mesmo com ações que, em geral, apresentam uma duração limitada e alcançam apenas uma parcela dos jovens, os dados disponíveis permitiram enxergar deslocamentos sensíveis na direção de um melhor contorno compreensivo dos estudantes sobre o papel dos vereadores e das Câmaras Municipais.

Importa sublinhar que essa dupla conclusão nos impõe uma agenda que deve ser de compromisso amplo e de responsabilidade compartilhada de toda a sociedade: a defesa urgente, suprapartidária e interinstitucional de um conjunto de ações comprometidas com a educação para a cidadania e para a democracia. As escolas do Legislativo, evidentemente, devem cumprir um papel bastante destacado nesse processo, mas, num tempo em que a democracia brasileira tem sido desafiada a sustentar seu edifício frente a dilemas e contradições agudas, o tamanho do nosso desafio exige que outras instituições estejam envolvidas nessa estratégia (com destaque para as escolas de educação básica e

instituições de ensino superior, que atuam como agências formadoras de crianças, adolescentes e jovens).

Referências

BRESSANELLI, Renata, COSSON, Rildo. **Letramento Político, juventude e mídias sociais**: #EstágioParticipação. Cadernos da Escola do Legislativo. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, v. 8, n. 29, 2016.

COSSON, Rildo**. Escolas do Legislativo, Escola de Democracia. Brasília**: Câmara dos Deputados, 2008.

COSSON, Rildo. **Letramento Político** – a perspectiva do Legislativo. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.

DANTAS, Humberto. **Educação política nas periferias da Grande São Paulo**: percepções com base na posição de jovens de 15 a 18 anos em 2015 em ações da Fundação Konrad Adenauer, 2016. Rio de Janeiro: Cadernos Adenauer, n. 1, ano XVII, 2016.

DANTAS, Humberto. **Escolas Municipais e Escolas Estaduais** – essa variável pesa na percepção sobre política de jovens da Grande São Paulo? São Paulo: Revista Parlamento e Sociedade – no prelo, aceito para publicação, 2019.

DANTAS, Humberto; LAMARI, Roberto Eduardo. **A relação de jovens do Ensino Médio com a política: análises a partir de grupos de estudantes de escolas públicas de São Paulo-SP e Itapevi-SP**. Curitiba: Revista do Legislativo Paranaense, número 2, 2019.

DANTAS, Humberto; NASCIMENTO, Alessandra; SILVA, Bruno. **Mapeando o que os jovens pensam sobre a política**: as experiências formativas de Araraquara (SP) e Suzano (SP). Cadernos da Escola do Legislativo. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, v. 8, n. 29, 2016.

DANTAS, Humberto; SCHIAVI, Iara. **O ILP e a educação política**: percepções com base em atividades de formação. Revista do ILP, São Paulo, ano 1, n. 1, 2014.

DANTAS, Humberto; SOARES, Aline; SOARES, Maria Isabel; LAMARI, Roberto. **Educação política em parceria**: quando princípios se tornam ações. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, ano XI, v. 3, 2010.

FUKS, Mario. CASALECCHI, Gabriel. **Formando cidadãos democráticos – considerações sobre os efeitos do Parlamento Jovem mineiro**. Rio de Janeiro: Cadernos Adenauer, n. 1, ano XVII, 2016.

IBOPE. **Índice de Confiança Social. São Paulo**: Ibope Inteligência, 2019.

IPESPE; AMB. **Barômetro AMB de confiança nas instituições brasileiras**. Recife, IPESPE, 2008.

KELLES, Eugênia, MARQUES, Maria Elizabeth. **Parlamento Jovem**: uma experiência inovadora em Minas. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, ano XI, v. 3, 2010.

LATINOBARÓMETRO. **Resultados por Sexo Y Edad – Brasil 2018**. Santiago: Latinobarómetro, 2018.

NASCIMENTO, Alessandra. SILVA, Bruno, SEINO, Eduardo. **Educação para a cidadania:** o projeto Parlamento Jovem em Araraquara-SP. Rio de Janeiro: Cadernos Adenauer, n. 1, ano XVII, 2016.

ROCHA, Hérycka. **Educação para a democracia:** a Câmara dos Deputados no centro da questão. Brasília, Revista E-Legis, volume 4, número 7, 2011.

SEN, Amartya. **Democracy as a universal value**. Journal of Democracy, 10.3, 1999.

SILVESTRE, Melissa. **Das ideias à concretude** – a experiência do Programa Parlamento Jovem catarinense na última década. Rio de Janeiro: Cadernos Adenauer, n. 1, ano XVII, 2016.

VOX POPULI; AMB. **Pesquisa** – voto, eleições e corrupção eleitoral. Belo Horizonte, Vox Populi, 2008.